CORPOS-TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA NAS RETOMADAS KAIOWÁ E GUARANI: INSURGÊNCIAS ANCESTRAIS DIANTE DOS SOLOS DEVASTADOS PELO NEOEXTRATIVISMO

TERRITORY BODIES IN RESISTANCE IN THE KAIOWÁ AND GUARANI RETURNS: ANCESTRAL INSURGENCES BEFORE THE SOILS DEVASTATED BY NEOEXTRACTIVISM

CUERPOS-TERRITORIOS EN RESISTENCIA EN LOS REASENTAMIENTOS KAIOWÁ Y GUARANÍ: INSURGENCIAS ANCESTRALES FRENTE A SUELOS DEVASTADOS POR EL NEOEXTRACTIVISMO

Germano Lima Alziro
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
E-mail:germanolimaalziro@gmail.com

Gislaine Carolina Monfort
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
E-mail: gislainecmonfort@gmail.com

Resumo:
O contexto de devastação ecológica e precarização territorial tem sido a marca da matriz neoextrativista, constituindo também o eixo da pandemia atual. Diante desse complexo contexto de perdas e dores, os povos originários expressaram que esta era uma tragédia anunciada pelo estado de exploração da Mãe Terra e demonstraram de diferentes formas a importância do território, da autonomia e da biodiversidade como modo de resistência diante das crises constantes ocasionadas pelo neoextrativismo. Nesse sentido, a partir da metodologia de abordagem qualitativa associando a revisão narrativa e entrevistas semiestruturadas, neste artigo temos o objetivo de compartilhar reflexões sobre a importância das ações autônomas dos povos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul como meio de autodefesa frente a doença e à violência do Estado e do capital. Diante disso emergiram discursos políticos contra o modelo de vida dos karaí (brancos/não indígenas), críticas profundas ao agronegócio e narrativas importantes dando ênfase à importância das retomadas nesse processo de luta pela vida.

Palavras-chave: auto-organização, lutas anticoloniais, retomadas territoriais.

Abstract:
The context of ecological devastation and territorial precariousness has been the hallmark of the neo-extractivist matrix, also constituting the axis of the current pandemic. Faced with this complex context of loss and pain, the native peoples expressed that this was a tragedy announced by the state of exploitation of Mother Earth and demonstrated in different ways the importance of territory, autonomy and biodiversity as a way of resistance in the face of constant crises caused by neo-extractivism. In this sense, from the qualitative approach methodology associating the narrative review and semi-structured interviews, in this article we aim to share reflections on the importance of the autonomous actions of the Kaiowá and Guarani peoples in Mato Grosso do Sul as a means of self-defense against the disease and the violence of the state and capital. In view of this, political discourses emerged against the Karaí (white/non-indigenous) life model, deep criticism of agribusiness and important narratives emphasizing the importance of recovery in this process of struggle for life.

Keywords: self-organization, anti-colonial struggles, territorial recoveries.

Resumen:
El contexto de devastación ecológica y precariedad territorial ha sido el sello de la matriz neoextractivista y es también el eje de la actual pandemia. Ante este complejo contexto de pérdida y dolores, los pueblos originarios expresaron que se trataba de una tragedia anunciada por el estado de explotación de la Madre Tierra y demostraron de diferentes maneras la importancia del territorio, la autonomía y la biodiversidad como medio de resistencia ante las constantes crisis provocadas por el neoextractivismo. En este sentido, a partir de la metodología de enfoque cualitativo asociando la revisión narrativa y entrevistas semiestructuradas, este artículo pretende compartir reflexiones sobre la importancia de las acciones autónomas de los pueblos Kaiowá y Guaraní en Mato Grosso do Sul como medio de autodefensa frente a la enfermedad y la violencia del Estado y del capital. Han surgido discursos políticos contra el modelo de vida karaí (blanco/no indígena), críticas profundas al agronegocio e importantes narrativas que enfatizan la importancia de las recuperaciones territoriales en este proceso de lucha por la vida.
Palabras-clave: autoorganización, luchas anticoloniales, recuperaciones territoriales.

Introdução

> Nós, rezadores, lideranças, jovens e mulheres que somos Conselheiros da grande Assembleia ATY GUASU Guarani e Kaiowa afirmamos em meio a esta crise política e econômica que vive o país que continuamos firmes na luta pela terra e pela liberdade de nossos territórios tradicionais e sagrados. A crise que chega agora para muitos brancos já estava apontada contra nosso povo a muito tempo e sempre foi causada pelos mesmos inimigos. Pela ganância do agronegócio e pelos setores econômicos nacionais e internacionais que exploram nosso país, compram os políticos e o Congresso Nacional, assassinam nossos povos, destroem a natureza e vendem a terra como mercadoria (ATY GUASU, 2017).

As fronteiras neoextrativistas do capital têm avançado neste século XXI como principal modelo de acumulação e des-envolvimento através das políticas de sucessivos governos na América Latina, desde os setores da esquerda institucional – autodeclarados "progressistas" - à direita reacionária, empresarial, clerical e militar. Houve um forte estímulo ao neoextrativismo tanto em setores clássicos como a mineração e os hidrocarbonetos, quanto nos setores de produção de *commodities* e de megaprojetos de infraestrutura produtiva com o avanço do agronegócio. Sem embargo, o fenômeno do neoextrativismo adquiriu novas dimensões pela quantidade e escala dos projetos que envolvem atores nacionais e transnacionais (GUDYNAS, 2016; SVAMPA, 2019).

Para Machado Aráoz (2013) o neoextrativismo não é uma fase a mais do capitalismo, mas constitui um rasgo estrutural do capitalismo como economia-mundo, produto histórico-geopolítico dos

espaços de saque e espoliação. O eixo central desse modelo é o alto grau de especialização na produção das *commodities*, cujo "termo refere-se a mercadorias de baixo valor agregado, mercadorias de baixa ou nenhuma transformação industrial" (LAMOSO, 2020, p. 7).

Em suma, esse modelo está na memória larga de Abya Yala e define um modo de desterro, despossessão e apropriação da biodiversidade e dos territórios com um padrão de acumulação colonial. No século XXI este processo traz novas dimensões e escalas como a global com a expansão da fronteira de *commodities*, esgotamento de bens naturais não renováveis, precarização territorial e crise socioecológica de alcance planetário; as regionais e nacionais com a relação entre o modelo neoextrativista-exportador e o investimento do Estado, locais com a ocupação intensiva do território, a emergência do aumento da violência estatal e paramilitar e em contraposição a ascensão das lutas ecoterritoriais com participação de diferentes agentes políticos e coletivos e políticas (SVAMPA, 2019).

Dinâmica que impulsiona a expansão acelerada de territórios corporativos como estratégia de acumulação de capital com intensos impactos socioambientais e conflitos socioterritoriais. Um processo acompanhado por um modelo de espoliação e profundo desterro contra diversos territórios e ecossistemas. No caso do Brasil essas fronteiras se expandem através do minério de ferro (*commodity* mineral) e da soja, milho e cana-de-açúcar (*commodities* agrícolas) como modelo produtivo fomentado através dos créditos e investimentos estatais (LAMOSO, 2020).

Em oposição radical a isso, emergem grandes resistências socioterritoriais que questionam o avanço vertiginoso da fronteira

das *commodities*, reelaborando outras linguagens político-organizativas em defesa da Terra-território, dos bens comuns e da biodiversidade. As lutas anticoloniais dos povos indígenas marcam a histórica resistência frente a territorialização predatória do neoextrativismo, ao mesmo tempo em que apresentam outras maneiras de viver e lutar; de ser parte das relações multiespecíficas que compõe a terra/Terra; outras formas possíveis de organização (e criatividade) política e muitos caminhos para autonomias. Diante dos conflitos territoriais reelaboram formas comunitárias de (auto)governo/autogestão nos territórios.

Desde o fim da década de 1970 as insurgências dos povos originários potencializam a emergência de políticas propriamente indígenas, com suas cosmologias, ecologias, territórios e autonomias. Para Svampa (2016) há um grande horizonte coletivo das lutas que emergem com a pauta comum em defesa dos territórios, da biodiversidade e da livre autodeterminação que apontam cada vez mais para a criação de uma rede densa de alianças entre organizações de base com a multiplicação de lugares de confluência tecido entre resistências originárias.

Os novos processos organizativos têm construído uma importante rede de solidariedade pautada no internacionalismo como vemos frequentemente através de campanhas de apoio mútuo, de denúncias de violências paramilitares, contra a criminalização e prisão arbitrária das/dos que lutam no "Sul Global". Assim como, vemos múltiplas formas de auto-organização nas bases comunitárias.

No Brasil vemos experiências de ações comunitárias como os povos Ka'apor e Munduruku criando sistemas de autodefesa com

agentes e guardiões da floresta com planos autônomos em defesa dos territórios frente as invasões dos madeireiros e garimpeiros. O Tuxa Ta Pa Me Ka'apor - Conselho de Gestão Ka'apor – organização originária e interna do povo, em manifesto no de 2020 reiterou a auto-organização frente às políticas do Estado e às invasões de madeireiros. Em nota o Conselho afirma que o Tuxa Ta Pa Me existe para apontar e orientar o caminho da "autonomia e autodefesa contra esses tipos de violência e assim esperamos que nosso povo viva uma unidade em defesa do nosso território por um bem viver na floresta" (TUXA TA PA ME KA'APOR, 2020).

O Povo Munduruku do alto e médio Tapajós tem pautado a autodemarcação como fonte de autonomia territorial contra o garimpo, a destruição da floresta e a violência de Estado. Em manifesto as mulheres Munduruku em uma de suas assembleias afirmam: "vamos seguir o caminho da autonomia do nosso povo para manter o nosso território livre para nossas futuras gerações". Relembram a importância dos caminhos que tem sido discutido entre as mulheres pautando o bem viver, a educação própria e a autonomia:

> "nós mulheres mostramos nosso trabalho na prática. Nós sabemos seguir o nosso caminho sem veneno e sem ganância! (...) Nós somos a semente da resistência Munduruku!" (ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES MUNDURUKU WAKOBORU, 2018)

Outro exemplo são os povos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul, região centro-oeste, que tem ampliado desde os finais da década de 70 os processos de retomada do tekoha (território ancestral/lugar 'onde se é') e a auto-organização através dos Conselhos Tradicionais como a Aty Guasu, a Kunhangue Aty Guasu

(Conselho das Mulheres) e Retomada Aty Jovem, além de diversos espaços comunitários autogestionados pautado da proposta de recomposição ambiental.

As lutas anticoloniais destes povos emergem frente a um contexto de intensos impactos socioambientais e ampla precarização territorial causada pelo karai reko (modo de vida dos brancos/não indígenas) e pela expansão do agronegócio. Mesmo diante disso a resistência originária semeada pela força das rezas dos nhanderu e nhandesy e da autonomia fazem germinar vida em meio aos solos devastados pelo neoextrativismo.

Conforme Manifesto da Aty Guasu em 2019:

> Desde muito tempo é denunciado para o mundo a situação difícil que vem passando nosso povo. Somos um dos povos mais numerosos do Brasil com os piores índices de acesso à direitos fundamentais. Todos os Governos vêm negando nossos direitos à terra, saúde, educação, segurança, sustentabilidade e autonomia. (...) Foram séculos de lutas, com o sangue derramado de nossos guerreiros! Continuaremos até o fim com nossas lutas e fortalecendo ainda mais a nossa organização! Nossos rezadores estão conosco e sabemos que o bem vencerá! As rezas de nossos Ñande Ru e Ñande Sy nos fortalecem a cada dia! Jamais desistiremos de nossa luta e estaremos cada dia mais fortes!

Os Kaiowá e Guarani compõe a segunda maior população originária do país, com mais de 50 mil pessoas (PEREIRA, 2016). E mesmo diante de todo o complexo dos cercos da violência do Estado e do agronegócio, fortalecem os processos de resistência autônoma em diferentes contextos territoriais.

Nesse sentido, através de uma abordagem da Geografia engajada e da perspectiva da Ecologia Política, reunimos esforços

com o objetivo de compartilhar algumas reflexões que abordam a importância das ações autônomas dos povos Kaiowá e Guarani no como meio de autodefesa frente a doença e à violência do Estado e do capital, dando ênfase à importância das retomadas no processo de luta pela vida. Temos como ponto de partida a importância dos eixos território, biodiversidade e autonomia como fontes vitais para os processos de luta contra as crises (escassez, fome, sanitária, ecológica) ocasionadas pela configuração neoextrativista.

O avanço dos territórios corporativos no sul de Mato Grosso do Sul por meio das fronteiras do agronegócio se choca com a resistência e luta anticolonial dos Kaiowá e Guarani, com as retomadas e as dinâmicas das ações autônomas. Para refletir sobre esses processos, utilizamos a abordagem qualitativa e a metodologia de revisão bibliográfica narrativa associada a entrevistas semiestruturadas, de modo que seja possível analisar os eixos temáticos da literatura articulando às lutas pela retomada e os processos auto-organização durante a pandemia que constituíram um significativo fortalecimento na autogestão e autonomia territorial.

Ações que envolvem um processo de auto-organização, fortalecimento espiritual e participação de diversos agentes políticos humanos e não-humanos que compõe as lutas pelo retorno ao território ancestral, pela reaproximação dos jara - seres protetores das espécies - e pela volta dos nutrientes da terra e do ka'aguy rusu – mata grande.

Procedimentos metodológicos

Utilizamos a abordagem qualitativa e a metodologia de revisão bibliográfica narrativa associada a entrevistas semiestruturadas para analisar os eixos temáticos da literatura articulado aos processos de resistência nas retomadas e os processos auto-organização durante a pandemia que constituíram um significativo fortalecimento na autogestão e autonomia territorial como categoria da prática e exercício múltiplo.

Para Duarte (2002) os estudos sob a abordagem qualitativa proporcionam reflexões e debates sobre como os seres humanos e grupos sociais agem e interpretam situações, relações e acontecimentos do mundo. A revisão é a base que permite uma dimensão de pesquisa, organização e análise da diversidade de literatura relacionada ao eixo temático inserido na problemática.

Assim, existem alguns tipos de revisões bibliográficas de são organizadas a partir das singularidades que vão de acordo com os objetivos, possibilidades e ações do tema trabalhado, entre elas a revisão: narrativa (CORDEIRO et al., 2007), sistemática (HIGGINS e SALLY, 2011) e integrativa (ERCOLE, MELO & ALCOFORDA, 2014). A revisão bibliográfica narrativa utilizada aqui, é comumente analisada como uma forma mais aberta e livre para articular a literatura e não há preocupação em esgotar suas fontes de bibliografia e informação (CORDEIRO et al., 2007).

Para a revisão da bibliografia situamos como principais referências os trabalhos de intelectuais Kaiowá e Guarani como Clara Barbosa de Almeida (2018) Tonico Benites (2012, 2009), Eliel Benites (2014, 2016, 2020), Celuniel Valiente (2019), Elemir Martins (2020), Izaque João (2011), Lidio Cavanha Ramires (2016), Anastacio Peralta (2017) e Valdelice Veron (2018).

Cabe destacar aqui que os povos Guarani possuem auto-organizam-se a partir de três povos etnicamente diferenciados: os Guarani-Ñandeva, Guarani Kaiowá-Paĩ-tavyterã e Guarani Mby´a. No que se refere ao povo Kaiowá-Paĩ-tavyterã, os coletivos estão territorializados na região oriental do que corresponde atualmente aos países Paraguai e Brasil (MOTA, 2015). Os coletivos Ñandeva também estão em territórios no Paraguai e no Brasil em dimensões do estado de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, no litoral de Santa Catarina; no interior e litoral do estado de São Paulo. Os coletivos Guarani Mby´a estão situados no Brasil em diversos territórios que compreendem os estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, Espírito Santo e na Mata Atlântica que permeia o litoral, na região oriental do Paraguai, ao nordeste da Argentina (na província de Misiones) e ao norte do Uruguai (LADEIRA, 2008; MOTA, 2015).

No caso desta pesquisa, nossa caminhada foi construída junto aos povos Kaiowá e Guarani Ñandeva que são povos que fortalecem conjuntamente a organização política na luta pela retomada dos *tekoha* no estado de Mato Grosso do Sul, como movimento socioterritorial auto-organizado em conselhos de base, mas por meio de associações, coletivos e espaços educativos autogestionados.

Diante disso, utilizamos também por meio de técnicas apropriadas para manuseio e análise, comunicados construídos pelos próprios povos através dos conselhos tradicionais Aty Guasu (Grande Assembleia e Conselho Kaiowá e Guarani), Kuñague Aty Guasu (Grande Assembleia e Conselho das mulheres) e Retomada Aty Jovem (Assembleia e Conselho da juventude) que foram articuladas às entrevistas.

Por sua vez, a entrevista é uma técnica da História Oral e um procedimento específico que permeia cada âmbito da construção de narrativas com sentido e significação das experiências vividas no que é dito e não-dito. A memória e a narrativa é, a potência da própria vida, isto é, o narrar é o viver (GONÇALVES, 2020). A arte de narrar é profundamente pessoal, ainda que o que se relata esteja vinculado a uma construção coletiva (TURRA NETO, 2011).

As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2020 e início de 2021 através de ferramentas que nos permitiram dialogar em tempos pandêmicos, através de diálogo direto por tecnologias possíveis de uso e entrevista semiestruturada com dois principais pontos de intersecção: a) a divisão abissal do karai reko e do agronegócio com a biodiversidade; os impactos socioambientais nos territórios Kaiowá e Guarani e sua relação com a pandemia; b) a importância das retomadas como fonte de vida diante das crises constantes ocasionadas pelo extrativismo predatório.

O trabalho é fruto de uma pesquisa maior e na dimensão deste artigo foi construído por um pesquisador Kaiowá e uma pesquisadora não-indígena em uma proposta colaborativa e horizontal semeada desde o campo da Geografia. As entrevistas foram pautadas nas histórias e trajetórias de uma companheira e dois companheiros de três tekoha: i) Tekoha Guyra Kambi'y localizado próximo ao município de Douradina; ii) Tekoha Guyraroká próximo ao município de Caarapó; iii) Tekoha Panambizinho em Dourados, situados no sul de Mato Grosso do Sul.

Floresta, retomadas territoriais e autonomias

> Para nós o mais importante é a terra e não o dinheiro. É a terra, para plantar, para viver, para festar, celebrar as plantações, fazer os rituais e cuidar da terra (Kunumi Poty Rendy'i)

A cobertura da vegetação nativa nos ecossistemas que compunha outrora o tekoha (território ancestral/lugar onde se é) e o tekoha guasu (grande território) Kaiowá e Guarani é chamada de Ka'aguy rusu – grande floresta, dimensão constituída predominantemente pelo domínio fitogeográfico classificado como Mata Atlântica com áreas de transições entre campos e cerrados.

Nestes domínios e lugares os coletivos faziam o manejo de cultivos, da caça e coleta (PEREIRA, 2016). O pesquisador Kaiowá Izaque João (2011) destaca diálogos com companheiras e companheiros de uma família da Terra Indígena Panambizinho, em que relatam lembranças da Ka'aguy rusu que se estendia por grande parte dos tekoha até metade do século passado, permeada por rios e córregos. De acordo com João (2011, p. 27):

> No tekoha guasu, o grande território onde os Kaiowá desenvolviam suas relações sociais, era coberto de mato verde (ka'aguy), com variados recursos para sua sobrevivência (caça, pesca, coleta etc.). Rusu define o grande espaço sem barreira física, que favorecia os Kaiowá a viverem de acordo com as leis do seu próprio sistema tradicional, constituídas desde o princípio, para a construção do modo de ser fundamentada a partir das normas de parentesco e de aliança política. Isso significa que no período do Ka'aguyrusu, cada grupo de parentes era liderado por um grande xamã, sendo as unidades de espaço cobertas de vegetação variada.

Nesse contexto de profunda relação com a floresta, a partir da agricultura de coivara praticada nas suas condições territoriais,

ecológicas e demográficas manejavam os sistemas socioecológicos e os conhecimentos sobre os solos, as águas, os elementos faunísticos e florísticos que permitiam melhores modos e condições para construção do tekoha em lugares que detinham maior concentração de animais, plantas nativas e rios.

As caminhadas em meio a ka'aguy rusu se davam por motivos variados, e em certas ocasiões de mudanças de lugar possibilitava aos jara (guardiões/donos das espécies) recompor novamente as áreas da kokue (roça) e de ocupação de um núcleo familiar (JOÃO, 2011; RAMIRES, 2016). Ademais, segundo João (2011) no período do Ka'aguy rusu o recolhimento de alimentos, raízes e frutas eram orientados sempre pelas lideranças religiosas para não provocar nenhuma insatisfação aos jara. Recordações que se mantêm vivas na memória ecológica e histórica mesmo que a maior parte destas áreas estejam descaracterizadas pelas fronteiras neoextrativistas do karaí.

Isso nos permite pensar a importância da memória ecológica e a autopercepção/cosmopercepção da paisagem nas narrativas que emergem nas lutas e como elas se colocam como ponto central da resistência territorial e das formas de autonomias dos povos originários frente à devastação causado pelo neoextrativismo. Esse modelo produz um estado de exceção permanente desencadeando verdadeiras tragédias sociais, territoriais e ecológicas, estabelecendo o controle nas mãos de empresas globais, além de vulnerabilizar e marginalizar os conhecimentos tradicionais e os sistemas socioecológicos de diversos povos (SHIVA, 2003; PETERSEN, 2015).

Para os povos Kaiowá e Guarani a floresta é uma categoria e espaço fundamental composta por diversos patamares e múltiplas diferenciações internas em que o bom manejo está necessariamente

relacionado aos conhecimentos tradicionais, ao ñembo'e (rezas), ao jehovassa (bendições) e a uma boa relação com os protetores das espécies e lugares. Quando houver manejo da mata sem a prática do jehovasa, os jara dos animais e plantas poderão implicar com o grupo e permitir que a doença circule no espaço onde era mato, a isto chamam de opyrũ mba'asy (JOÃO, 2011).

Os jara como seres malfazejos e benfazejos estabelecem relações de cuidado, harmonia e equilíbrio na floresta, mas há também os que levam doenças e coisas ruins caso não se respeite as espécies e lugares que estão sob seu cuidado. O universo está repleto desses domínios e a cada um deles corresponde um jara como agentes principais para uma boa relação com o território, a biodiversidade e as divindades.

O debate sobre os espíritos da floresta é uma relação comum entre diferentes povos originários de Abya Yala e compõe um pluriverso de ontologias dos espíritos como alicerce da discussão sobre cosmologia, xamanismo, território e biodiversidade. A categoria "espírito" não aponta para uma classe ou gênero de seres, mas está relacionada à uma síntese disjuntiva entre o humano e o não-humano. De modo que com os humanos habitam horizontalmente também deuses/divindades, animais, plantas, espíritos dos mortos, espíritos patogênicos, fenômenos meteorológicos e artefatos, os quais são diferentes seres dotados de consciência e intencionalidade, vistos tanto como predadores quanto como presas (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; GOMES, 2012).

Entre os coletivos Kaiowá e Guarani essas integrações entre as feições ecológicas, socioterritoriais e cosmológicas são evidentes também nos cultivos e produção de alimentos, onde de acordo com o

historiador Guarani Martins (2020) o ñembo'e (rezas) e jehovasa (bendições) possuem poder profilático e fertilizante que compõe o manejo das plantas, do milho, batata, kumanda (feijão), mandioca, das medicinas tradicionais, além de possibilitar um bom crescimento livre de doenças.

De modo que manejar os sistemas socioecológicos e cultivar o reflorestamento nos territórios está necessariamente relacionado aos cuidados xamânicos dos jara e dos nhanderu e nhandesy com os conhecimentos tradicionais, o ñembo'e e o jehovasa. Um exemplo dessa indissociabilidade é demonstrado no trabalho de Anastácio Peralta (2017) ao enfatizar que no início dos tempos e nas dimensões da origem a reza foi vital:

> Nem tudo estava pronto, então veio a reza, foi através dela que veio as plantas. Contam os antigos, que na época tinha muita fome também, foi assim que os rezadores (Nhanderus) aparecerem. Rezavam dia e noite para encantar os jaras, até sair o alimento da terra. Muitos falam que não tinham o que comer e Deus foi andando na frente e os Nhanderu rezando, assim ia nascendo pé de milho (PERALTA, 2017, (2017, p. 7-8)

Toda essa complexidade revela que a relação de produção de alimento e os sistemas socioecológicos só serão cultivados de maneira adequada à base de reza, por isso no período da ka'aguy rusu, os coletivos sempre estavam junto aos grandes rezadores e rezadoras, especialmente hexakáry (vidente). São os nhanderu e nhandesy que possuem domínio e conhecimento pleno sobre as rezas e utilizam os cantos para proteger o coletivo, os cultivos, espantando os espíritos maus do lugar (JOÃO, 2011).

Somente os xamãs interagem com os espíritos xamânicos e se não houver reza durante o ano, um jara específico pode comprometer

o equilíbrio do tekoha (VERON, 2018). O xamanismo é essencialmente então é uma forma em si mesma, uma ação, que evidencia a indiscernibilidade entre o humano e o não-humano, bem como aspectos dos espíritos, mas também expressa narrativas e críticas sobre os não-indígenas.

Todo esse pluriverso estava relacionado outrora a uma paisagem biocultural composta tanto pelas múltiplas relações socioterritoriais que nela se organizavam, quanto pela presença dos jara com a diversidade faunística e florística que confluíam no tekoha. Relações profundamente impactadas e violentadas por paisagens homogêneas propagadas pelo modo de vida dos karai, sobretudo com a expansão do agronegócio.

Os processos de fragmentação/precarização territorial e ecológica nos tekoha Kaiowá e Guarani remontam os quadros da Guerra da Tríplice Aliança (1864 a 1870) que consolidou a formação do Estado e a nacionalização das fronteiras nacionais. Já no início do século XX, o processo de desterro se aprofundou com o estabelecimento das Reservas Indígenas, entre os anos de 1915 e 1928 como territórios heterônomos instituídos pelo Estado brasileiro para liberação das terras ao extrativismo predatório. Nesse período foram demarcadas oito pequenas extensões de terra com média de 3600 hectares cada uma delas e um contexto de violência extrema, despossessão e deslocamento forçado de muitas famílias.

Em meio a esse processo, a degradação ambiental e a perda da biodiversidade nos territórios Kaiowá e Guarani avançava como projeto de Estado, dinâmica que se intensificou com a territorialização das madeireiras, da agropecuária e posteriormente da agroindústria, impulsionado a supressão da vegetação nativa e as

intensas mudanças nas dinâmicas ecológicas. A região da Grande Dourados, por exemplo, possuía florestas densas até 60/70 anos atrás, relação que foi radicalmente transformada para conversão de áreas em pastagens e agricultura intensiva para inserção no mercado de grãos e proteína animal (BEREZUK et. al., 2017).

Diante desse contexto de desterro e despossessão, há um consenso entre os Kaiowá e os Guarani de que, enquanto ocupavam a totalidade do tekoha não havia tamanha degradação ambiental e precarização territorial. Nem essa quantidade de gramíneas e monoculturas que hoje predominam numa paisagem que outrora era tão diversa. É comum ouvir, "karai ho'upa ore ka'aguype – os brancos devoraram todo nosso mato" (PEREIRA, 2010, p. 119). E esta é mais que uma diferença ontológica, é conflito, assimetria e violência da divisão abissal que o karai reko tem imposto como modelo que mercantiliza, subjuga, concentra e venena a terra sob a racionalidade moderna-colonial.

Conversando um companheiro educador Kaiowá na Terra Indígena Panambizinho ele ressaltou críticas ao karai reko e em contraposição destacou a importância das formas de ser e viver dos Kaiowá e Guarani:

> para nós a natureza faz parte da gente. A mesma dor que eu sinto, a natureza também sente. Quando nhanderu guasu fez a terra, a água, não tinha quem admirasse e aí veio os guarani-kaiowá para cá. Então a gente não veio para destruir as coisas, veio para admirar, embelezar e completar o que faltava. Nós somos yvy poty - flores da terra - e em meio a tantas coisas bonitas, viemos nós para admirar. Mas aí vieram os brancos com outra mentalidade, destruindo tudo, com as doenças que sempre vieram de fora. não surgiu aqui. Desde a chegada do europeu a gente começou a ficar doente (Anastacio Peralta,

> Educador/pesquisador/membro do conselho Aty Guasu, Tekoha Panambiznho - Informação verbal).

O que se coloca aqui como "natureza", apesar de ser um termo relacionado ao pensamento-mundo ocidental, não é uma dimensão exterior aos humanos, mas dimensão de relações multiespecíficas à qual fazemos parte como comunidade de seres e que a partir dos pensamentos-mundos e ontologias originárias possuem classificações diversas.

Para os Kaiowá e Guarani essa dimensão é composta pelo tekoha, pela yvy porã (terra boa), pela ka'aguy rusu (mata grande) e os jara como eixo da harmonia e equilíbrio entre todos os seres nas relações cosmológicas, socioterritoriais e ecológicas. Dimensão que também está caracterizada por uma percepção de que de acordo com Peralta (2017, p. 3):

> tudo é vida, (...) diferente do branco. A produção também vem de gente, de humano, então a produção é humana, milho é humano, mandioca é humano, porque ela produziu de gente, então elas também se conversam, se falam e também se alegram.

Isso dialoga com a perspectiva de que "os humanos estão imersos por natureza (o pleonasmo se auto justifica)" (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). A humanidade não é uma propriedade sob controle de alguns, mas uma diferença na posição relativa das coisas, onde tudo é humano, o humano é 'toda uma outra coisa', pois, há mais pessoas entre o céu e a terra do que sonham nossas antropologias, histórias e geografias (VIVEIROS DE CASTRO, 2008, 2015).

Em oposição a esse pluriverso de vida, a lógica da acumulação do karai reko se mantêm pelo consenso das *commodities* como projeto necropolítico que aprofunda a dinâmica de desposessão e espoliação,

o despejo, a degradação ecológica e a precarização dos territórios a partir de novas formas de dependência e dominação (HARVEY, 2004; SVAMPA, 2019). O desterro e a despossessão capitalista tem gerado incessantemente a destruição dos geo-ecossistemas, expandindo a homogeneização genética e a guerra sistemática contra a vida em sua multiplicidade.

Por outro lado, esse modelo fundamenta o surgimento de novas doenças como os recentes surtos no século XXI de gripe aviária (H5N1), a gripe suina (H1N1), febre aftosa, salmonela, listéria, o vírus os ebolas Makona e Reston e a atual Covid-19, já que para expandir-se enquanto matriz necessita diminuir território sociobiodiversos e aumentar a homogeneização, criando as condições para zoonoses e novos patógenos (WALLACE, 2020).

A relação fetichista com as mercadorias e a acumulação por despossessão forma o cerne de toda a produção de doenças e de dominação perante uma natureza da qual os karai não se sentem parte. Para um educador e pesquisador Kaiowá isso também fica evidente na relação com as sementes que fazem germinar a vida e os alimentos, as quais tem sido profundamente alterada e modificada geneticamente, deixando de ser um bem comum e coletivo para tornar-se um monopólio de grandes corporações do agronegócio. Uma análise dessas práticas predatórias como modelo de produção e como relação com a biodiversidade perfaz a expansão de um mundo violentado e adoecido pelas ações do karai:

> para o povo colonizador tudo é mercadoria mesmo, não se sente parte de nada. Quando se muda a semente, quando muda dentro dela, você também vai ter mudança no seu corpo. Quando se planta com a semente com vida, você come bem, tem saúde e alegria. Sempre falo que a gente é o que come,

> então é necessário se alimentar bem. Alimentar o sagrado, a espiritualidade (Anastácio Peralta, Educador/pesquisador/membro do conselho Aty Guasu, Tekoha Panambiznho - Informação verbal).

Para Veron (2018) alimentar a espiritualidade é fundamental para o modo de ser Kaiowá e Guarani, manter uma espiritualidade forte semeia uma teia que une aos ancestrais, à floresta e às divindades. A autora Kaiowá ainda enfatiza que é uma negligência pensar que o que estamos fazendo hoje com a nossa biodiversidade e com os territórios com essa destruição sem precedentes, não terá consequências ainda mais devastadoras. Já estamos nesse processo de efeitos dessa devastação, com doenças potencialmente perigosas e intensas mudanças climáticas. Esse modelo predatório tem sido levado à cabo por sucessivos governos que tem fomentado o agronegócio pago com as vidas dos povos indígenas. Para Veron (2018, p. 16):

> Nossos territórios estão sendo destruídos por pessoas gananciosas, cujo único objetivo é o de enriquecer como abastecimento do mercado internacional de soja, carne, cana; é o agronegócio que invadiu nossos territórios sagrados. Para nós, um grande flagelo é o biocombustível, o etanol, produzido em nosso território, como sangue que jorra de nossas veias e que inunda a terra Kaiowá.

O valor primordial da existência do karai é baseado na propriedade privada e na economia do agronegócio, insistindo numa lógica política destrutiva. Isso é o que está nos levando a um processo irreversível, caso não transformemos radicalmente as relações socioterritoriais e ecológicas. Para o educador e pesquisar do tekoha Panambizinho:

> Os mais velhos dizem que os brancos vão ser sempre mal mesmo, porque ele veio do fogo, das cinzas, não veio da terra. (...) Por exemplo, eu tenho

> umas árvores aqui onde moro, mas tem uns arrendatários que ainda vem e pergunta 'porque não vende essa árvore?'. Querem arrancar até as poucas sombras que temos. (...) a educação do branco é muito mal-educada, é destruidora. (Anastácio Peralta, Educador/pesquisador/membro do conselho Aty Guasu, Tekoha Panambiznho - Informação verbal).

Diante das críticas profundas ao agronegócio, ainda afirmam que é o conhecimento tradicional, especialmente dos nhanderu e nhandesy, dos nhamõi e das jari (avô e avó), que darão chance à "sobrevivência dos próprios karai, tendo em vista que as consequências nefastas do nosso descuido (...) já são visíveis por todos os lados" (PIMENTEL, 2012, p. 203).

Nesse contexto de intensas violações, enfrentamos nestes últimos anos a crise sanitária deste fim da segunda e início da terceira década do século XXI com o novo coronavírus (SARS-CoV-2), denominado também de karai mba'asy (doença do branco). Os primeiros casos de contágio entre os povos Kaiowá e Guarani ocorreram entre pessoas que moram na Reserva Indígena de Dourados que são trabalhadoras e trabalhadores na JBS (multinacional de origem brasileira) uma das grandes representantes do agronegócio no estado.

Posteriormente, ocorreram entre trabalhadores da cana-de-açúcar em usinas da região e outros casos se expandiram entre trabalhadoras e trabalhadores das transnacionais que produzem territórios corporativos e controlam as cadeias produtivo-extrativista como a BRF (antiga Sadia), Cosan/Raízen e a Cargill. Cabe destacar que esses setores são os pilares da guerra sistemática contra a vida e os territórios indígenas na região, bem como constitui o ponto

central da exploração degradante do trabalho, e durante a crise de saúde foi considerado 'serviço essencial'.

Para Veron (2018, p. 19-20):

> Nossos principais inimigos, hoje, estão ligados ao agronegócio, respaldados pelos que detêm o poder constituído. Somos vítimas de pistoleiros, jagunços e seguranças armados a mando de fazendeiros. Muitas das nossas lideranças têm morrido à bala pelas mãos destas pessoas, além de ameaças de mortes, espancamentos e atropelamentos propositais. Mesmo assim, o governo brasileiro continua omisso e conivente, sem nenhum tipo de punição para esses crimes. Tudo isso em nome do desenvolvimento econômico do Brasil, ainda que às custas dos direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas.

Entre tantos fatores, é necessário destacar que o agronegócio pode der compreendido como um agente que fundamenta o estado de exceção permanente contra os territórios de vida, além de criar condições de vulnerabilidade territorial e ambiental para expansão de zoonoses e novos patógenos, ao mesmo tempo, em que representa o eixo de propagação da doença entre os povos originários do sul de Mato Grosso do Sul.

Diante desse processo, os povos Kaiowá e Guarani fortaleceram os modos de autogestão comunitárias e as autonomias indígenas através das formas de cuidado coletivo relacionados à uso das medicinas tradicionais, da reza e dos saberes bioculturais sobre saúde. Apesar do intenso desmatamento dificultar o acesso à flora medicinal, o pouco que resta está nos territórios em que se encontram os povos, onde buscam o cuidado e proteção através do ysy, nharakãtigy, ka'ane e urucum, ainda possíveis de serem encontrados

nos pequenos fragmentos de floresta que tem sido cultivada pelos povos como guardiões/guardiãs da mata.

O historiador Elemir Martins (2020) destaca a narrativa a importância da flora medicinal, dos jara e das intervenções do nhanderu para estabelecer uma relação harmoniosa:

> "Assim como a gente cuida floresta, eles também cuidam da gente; é um respeito que temos por eles, só assim conseguimos proteger a mãe terra", esclareceu o rezador Florencio Barbosa. Mesmo que esses jára sejam considerados intangíveis pelo ocidental, para os indígenas guarani e kaiowá, eles também produzem tekoha (pode ser considerado a aldeia dos guardiões), pois, nesses tekoha, esses guardiões produzem alimentos, cuidam das plantas, dos animais, oferecem plantas medicinais. (...) Os remédios tradicionais foram sendo descobertos na medida em que os rezadores demonstravam sua capacidade ética e respeito para com o dono da mata e com os deuses (MARTINS, 2020, p. 86 e 92).

Essa importância vital da flora medicinal e da floresta como fonte de autodefesa diante da Covid-19 e eixo da defesa do território e da vida é evidente também em um estudo de Pavão et. al. (2020) onde as autoras/es demonstram que a maioria das plantas utilizadas tem relação com o domínio fitogeográfico da Mata Atlântica que no estado de Mato Grosso do Sul inclui formações florestais (primárias e secundárias em estágio avançado de regeneração) de floresta estacional decidual e floresta estacional semidecidual, matas ciliares, remanescentes incrustados ou inseridos em outras formações a exemplo do Cerrado e do Pantanal.

Conforme Martins (2015, 2020) há inúmeras espécies de plantas nativas de uso medicinal (pohã ñana) que são pertencentes aos animais, é dessa maneira que os nhanderu e as nhandesy as

conhecem. Algumas dessas plantas são conhecidas por moradoras/es da Reserva de Caarapó Te'yí kue, entre elas estão: yryvu ka'a, jaguarete ka'a, mborevi ka'a, anguja ruguai, tapiti pohã, vurro nambi ou vurro ka'a, ysau ka'a, jagua paje, mbarakaja pyapẽ, jakare ka'a, pato ka'a, jatevu ka'a, lorito ka'a, ynambu ka'a, ynambu guasu ka'a, ka'i ka'ygua, mberu ka'a, jatevu ka'a, e outras. De acordo com o autor:

> Yryvu ka'a é geralmente utilizada para afastar os espíritos ruins da noite, para dor de cabeça; jaguarete ka'a é bom para reumatismo e para dor no corpo; anguja ruguai é bom para bronquite; tapiti pohã é bom para infecção urinária (remédio específico para as mulheres); vurro nambi ou ka'a é utilizado para machucadura; ysau ka'a serve para banhar as crianças com cólica e para tomar no chimarrão; jagua paje é para ser utilizada no ritual específico; mbarakaja pyapẽ é bom para criança recémnascida, geralmente colocada no banho da criança; jakare ka'a é bom para dor de barriga, azia, cólica; pato ka'a e lorito ka'a são utilizadas para ritual específico; jatevu ka'a é bom para bronquite, gripe e outras doenças respiratórias; ynambu ka'a e ynambu guasu ka'a são utilizadas para banhar as crianças e como enfeite da casa indígena; mberu ka'a é utilizada para combater conjuntivite. Todos esses conhecimentos em relação aos remédios tradicionais estão ainda intensos na memória das mulheres, idosos/as, rezadores/as, pastores indígenas, professores e Agentes Comunitários de Saúde Indígena (AIS). Todos esses elementos de sabedoria foram adquiridos com os rezadores (MARTINS, 2020, p. 93).

Nos fragmentos isolados no interior dos territórios Kaiowá e Guarani estão os principais remanescentes da Mata Atlântica na região sul do estado, confirmando a importância dos povos indígenas na conservação e restauração ambiental (MELLO et al., 2011;

PAVÃO et. al., 2020). Com essa compreensão, diante da atual pandemia que surgiu como efeito do amplo processo de crise ecológica global, ficou evidente discursos políticos que expressaram que esta doença já era uma tragédia anunciada e avisada pelos povos originários, sobretudo por rezadores/as e lideranças político-espirituais de muitos povos. Conforme um companheiro de uma retomada:

> os nhanderu, os rezadores já falavam que ia acontecer, que uma doença viria para os seres humanos. As anciãs e anciãos já percebiam isso e já avisam que grande coisa iria acontecer. Quando os anciões saem para caminhar, pescar ou caçar alguma coisa eles encontram alguns animais e alguns animais trazem mensagens para eles. Pode ser um pássaro ou outro animal, que trazem recados dizendo coisas que podem acontecer. E isso, os Kaiowá já sabiam e os anciões já percebiam e avisavam (Kunumi Poty Rendy'i, conselheiro da Retomada Aty Jovem da Retomada Guyra Kambi'y)

A pandemia enquanto tragédia anunciada é permeada pelas cosmopercepções sobre o surgimento da doença e sobre os impactos ecológicos dos karaí, sendo constituída diretamente por elementos que manifestam as agências dos espíritos da floresta em reação à destruição causada pelos brancos. E diante de todo o contexto de avanço da doença nas comunidades, os povos fortaleceram as formas de cuidado coletivo a partir dos conhecimentos tradicionais, da espiritualidade e da auto-organização. Em meio às perdas e às dores, os processos autonômicos e as formas de autodefesa nos territórios foram vitais.

Um desses processos de cuidado coletivo foram as rezas, que são a base de todo modo de ser e viver, os saberes tradicionais sobre as medicinas e o cultivo da terra, os quais foram associados à um

processo complementar de cuidado, as barreiras sanitárias como eixo da autogestão territorial, uma dinâmica fortalecida entre muitos povos no Brasil. No início do mês de abril de 2020 já eram mais vinte povos levantando barreiras em ao menos doze estados do país. Esse movimento se contrapôs à política genocida do Estado brasileiro que não só foi negligente por promover a banalização da pandemia, mas foi um Estado conivente com o genocídio estabelecendo como ordem a sabotagem às medidas de segurança e as formas de cuidado necessário.

As barreiras sanitárias se ampliaram entre os territórios e foram levantadas com pedaços de troncos de árvores, correntes, placas e faixas. Entre as barreiras levantadas estão: no Acre - Puyanawa e Yawanawa; Roraima - Wapichana, Macuxi e Taurepang; Rondônia - Paiter Suruí e Uru-eu-Wau-Wau; Pará - Munduruku; Mato Grosso - Karajá e Território Indígena do Xingu (Kalapalo e Kisedje); Mato Grosso do Sul – Guarani, Kaiowá e Terena; Maranhão – Guajajara; Tocantins - Apinajé, Avá Canoeiro, Javaé, Kanela, Xerente; Minas Gerais – Xakriabá; Paraná - Guarani Mbya; Santa Catarina - Guarani, Kaingang, Xokleng; Bahia - Tupinambá e Pataxó (DE OLHOS NOS RURALISTAS, 2020). Além disso, as organizações de base confederadas à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) apresentou um plano emergencial próprio do Movimento Indígena a partir das especificidades de cada povo e território.

No Mato Grosso do Sul os povos Kaiowá e Guarani fortaleceram os processos de cuidado comunitário mesmo diante das dificuldades de conter a expansão da doença em contextos de maior precarização dado o próprio a configuração territorial que abrange,

por exemplo, as Reservas Indígenas que estão mais próximas ao tecido urbano com a situação de falta de acesso a água potável, assim como a falta de terra para cultivar alimentos e falta de equipamento de proteção individual (EPIs) para possibilitar maiores cuidados entre as/os agentes de saúde e as pessoas que estavam compondo as barreiras. Nessa condição, foram mais de 60 barreiras levantadas compostas por professoras/es indígenas, estudantes, conselheiras/os e moradores/as dos territórios (MARTINS et al., 2020).

Diante do avanço da pandemia e do terrorismo de Estado, os Kaiowá e Guarani criaram e fortaleceram os caminhos de luta pelo tekoha e as autonomias na articulação entre as bases comunitárias e os Conselhos Tradicionais, com as formas organizativas ancestrais e a valorização dos conhecimentos tradicionais do nhanderu e nhandesy, mas também fortaleceram a articulação com outras organizações de base confederadas à APIB.

Associado aos conhecimentos tradicionais, à espiritualidade e às barreiras como método de autogestão territorial, houve outras expressões importantes com narrativas que evidenciam a importância das retomadas territoriais como modo de resistência e livre autodeterminação que indica caminhos fundamentais contra a ampla crise ecológica e o surgimento de novas doenças. Retomar o território possibilita as práticas coletivas de restauração dos sistemas socioecológicos, dos conhecimentos tradicionais e de reflorestamento diante dos solos devastados pelo agronegócio na região. Conforme relato de um companheiro:

> Nós Guarani-Kaiowá voltamos para nossa terra tradicional para ter nossa sustentabilidade e aprender de novo as coisas, retomar de novo os conhecimentos. Voltamos para as terras tradicionais para retomar de novo a vida e ser feliz.

> Antes da chegada dos colonizadores nós Guarani-Kaiowá estávamos em nossos territórios e éramos alegres, felizes, cantávamos, fazíamos nossos rituais e artesanatos. Por isso voltamos para os nossos territórios, esse é o lugar mais importante. Mas tem um problema, quando voltamos ao lugar, a terra está nas mãos de homens brancos, fazendeiros com o agronegócio. São os brancos que estão destruindo a mata e isso leva às mudanças climáticas. Segundo a tradição Guarani-Kaiowá, quando a mata e os rios estão ótimos, não estão destruídos, aí vem a chuva e melhora a plantação. (...) Nos lugares que estamos agora, muitos são retomadas e sempre buscamos fazer retomadas na beira de um córrego, na beira do rio ou em um lugar longe dos brancos. Lutamos para garantir o território retomado e permanecemos por causa dessa luta. Aí volta a pergunta, por que fazemos retomada? Para retomar nosso tekoha, nossa terra tradicional (Kunumi Poty Rendy'i, conselheiro da Retomada Aty Jovem da Retomada Guyra Kambi'y)

Esses processos de recuperação dos territórios são perpassados por uma multiplicidade de estratégias de luta que permeiam diversas relações, desde i) as condições atuais de territorialização de muitos coletivos e superlotação das Reservas Indígenas; ii) a exiguidade de elementos da floresta que leva a necessidade de deslocamento/mobilidade de famílias para próximo aos fragmentos de mata; iii) as impossibilidades para que se possa plantar; iv) as relações estabelecidas entre as diferentes coletividades e redes de parentesco; além de possibilidades de novas redes de relações e reconstrução de territorialidades autônomas com novas estratégias de resistência territorial.

Nesse sentido, a proposição da retomada como ação direta de recuperação dos territórios manifesta os tecidos de auto-organização, de solidariedade, coletividade e a possibilidade de poder plantar e

manejar os sistemas socioecológicos. Movimento que está relacionado intrinsecamente à reapropriação da biodiversidade que necessita da presença do ka'aguy jara (guardião da mata). Para um jovem da retomada este um ponto primordial:

> voltamos ao território, para que aquele tekoha, possa voltar a ser como era antes, ter mata, despoluir o rio, ter peixes, ter mais animais, pássaros e plantas medicinais. E não ter plantação de milho e cana. Isso não é importante, principalmente para os Kaiowá, isso é o que destrói a terra, passa veneno, destrói tudo. Mas quando tem mata, tem rios, aí a terra nasce de novo, a terra fica feliz. Essa é a ideia dos Kaiowá e Guarani, voltamos de novo ao território para proteger a terra. Porque para os Kaiowá a terra é mais importante porque o Pa'í Kwará (Sol) foi quem fez. Para os Kaiowá, Pai Kwará fez a terra para os indígenas. Por isso voltamos para a retomada, para ser feliz de novo (Kunumi Poty Rendy'i, conselheiro da Retomada Aty Jovem da Retomada Guyra Kambi'y)

Essas dimensões e agentes formam as bases das autonomias e das tecnologias sociais próprias, que de acordo com Peralta (2017, p. 9):

> A Tecnologia Espiritual, ou, a técnica que eu nomeio, do povo Kaiowá, de guardar as suas sementes, pode ser considerado uma ciência, uma vez que, conforme o dicionário de significados entende-se por ciência, a "soma dos conhecimentos práticos que servem a determinado fim; conjunto de conhecimentos humanos considerados no seu todo, segundo sua natureza; sistema racional usado pelo ser humano para se relacionar com a natureza a fim de obter resultados favoráveis. [...] ". E neste sentido, eu considero a técnica de plantio Kaiowá, uma ciência milenar. (...) faço questão de descontruir o signo ciência acrescentando da epistemologia indígena, o conceito de espiritualidade. Desse modo, quero imprimir um marco para os povos indígenas no

> campo do conhecimento e colocar um limite à colonização eurocêntrica dos saberes.

Portanto, o que está posto é que não há possibilidade de apenas refletir sobre as consequências e efeitos causados pela pandemia, mas sobretudo de refletir sobre como essas novas doenças estão fundamentas em modelos de extrativismo predatório, e pensar a urgência de transformação radical diante da ampla crise ecológica. Nesse sentido, os povos originários, seus conhecimentos tradicionais e tecnologias sociais, são espirais de vida que apontam caminhos importantes para novas formas de viver e de radicalizar as lutas diante da ordem neoliberal e neoextrativista.

As proposições das lutas anticoloniais demonstram que as retomadas são ações autônomas imprescindíveis da qual fazem parte a memória ecológica, territorial e cosmológica. A luta pela terra-território semeia essa memória o maior grau de autonomia que as retomadas, os saberes e práticas tradicionais fazem germinar, para que ao longo do tempo seja possível o retorno das diversas formas de vida e a recuperação da vegetação. E com ela, o microclima local que no decorrer do tempo, tornará a terra equilibrada em nível elevado e com sensibilidade acentuada, permitindo as trocas e fluxos de energia outra vez (BENITES, 2020). Para Peralta (2017, p. 4):

> Essa produção está associada a um outro conceito importante da cosmologia Guarani e Kaiowá, que o Teko Porã, Teko Joja, Teko Johaihu, Teko Ivyha, que traduzindo vem da igualdade, da felicidade, do amor. As coisas também nascem por amor, quando reza você está dividindo seus anseios com outros seres da natureza. Está pedindo colaboração para poder produzir.

Desse modo, os nhanderu e nhandesy são grandes protagonistas das retomadas e da resistência territorial, a força de suas rezas são a semente da luta pelo tekoha e das relações entre os patamares que permeiam o cosmos e a terra. Suas histórias e trajetórias são as memórias do tekoha e as memórias de um futuro que há de vir na semeadura de outros mundos possíveis. Para uma conselheira da Retomada Aty Jovem:

> retomar é voltar a valorizar o que nossos antepassados deixaram para nós, os nossos ancestrais. (...) Não deveríamos precisar de demarcação se a terra é nossa, os brancos não têm que dizer que a terra é nossa, nós sabemos que é nosso. (...) não é qualquer lugar que retomamos, sabemos o significado daquele lugar. Um exemplo disso é Guyraroká, não há outro Guyraroká, não existe, é esse, sempre foi e sempre será. (...) Não importa como seja a luta. Mas a retomada é uma autonomia do povo indígena (...). Essa honra aos nossos ancestrais é valorizar aquilo que sempre foi nosso território e estamos aqui como jovens nessa luta por cada território retomado (...). Sabemos que faz parte da nossa vida, do nosso passado, do nosso presente e é nosso futuro que estamos construindo novamente. É pela autonomia que temos feito isso, é pela autonomia que estamos aqui, com a importância de dizer que o Tekoha nos pertence e pertencerá sempre a nós! (Erileide Domingues, conselheira da Retomada Aty Jovem do Tekoha Guyraroká – informação verbal).

Por isso, para Veron (2018) a dimensão socioterritorial das lutas anticoloniais Kaiowá e Guarani envolve incansavelmente e de forma irrenunciável, a retomada dos territórios ancestrais, das matas e rios, das medicinas tradicionais e da defesa de outros seres vivos. Um pluriverso de conhecimento ancestral como fonte de vida diante da tirania dos megaprojetos capitalistas.

Aí a importância de se aprofundar as discussões sobre a dimensão da autonomia, da biodiversidade e da autogestão territorial como "jusante" e "montante" das ações e resistências das lutas anticoloniais dos povos indígenas, bem como dos caminhos possíveis para radicalização das lutas frente ao neoextrativismo.

Como nos ensinam os Kaiowá e Guarani, os povos originários não "sucumbiram nas mãos da ganância e do progresso ilusório" (VERON, 2018, p. 17) e são os guardiões e guardiãs que fazem brotar a esperança e as insurgências em defesa da terra e da vida. No manifesto da Aty Guasu (2017) os povos enfatizam:

> Não há nada de novo, mas talvez desta vez o Karai se convença de que deve mudar seu modelo de desenvolvimento e construir um modelo que valorize a vida de muitos ao invés do lucro de poucos. Convidamos a todos os aliados, do campo e da cidade, para lutar junto aos Guarani e Kaiowa contra este modelo opressor e enquanto isso afirmamos que SEGUIREMOS COM NOSSAS RETOMADAS E COLOCAREMOS NOSSA PRÓPRIA VIDA EM LINHA DE FRENTE para que nossas terras sejam devolvidas a nosso povo, para que o agronegócio seja derrotado e para que a vida de nosso povo e de todos os povos possa ser enfim respeitada.

O fato é que a cosmologia, as ecologias e autonomias territoriais a partir da política Kaiowá e Guarani passa, de forma decisiva, pela livre autodeterminação, pela importância da biodiversidade e pelos mundos que compõe o território. Sem pretensões de dizer que este trabalho finaliza aqui, queremos dizer apenas que nesse caminho de aprendizado com os povos originários, os elementos apresentados aqui constituem a tentativa de situar a Geografia na ação junto aos povos indígenas e de nos unirmos à fala da pesquisadora Kaiowá Veron (2018, p. 17) que ressalta:

> devemos nos unir uns aos outros, guiados por esses guardiões que nos conduzem de volta à terra. Somente assim poderemos conquistar nosso futuro, junto com todos os povos que lutam para que o planeta terra possa ainda respirar.

Considerações finais

Múltiplos processos de resistência territorial pautados na autonomia e na auto-organização tem se levantado através das lutas dos povos indígenas recriando novas possibilidades da defesa da Terra/território e da biodiversidade. Há inúmeros exemplos de organizações de base, conselhos e grupos autogestionados que expressam métodos e ações fundamentais na luta diante dos solos devastados pelo neoextrativismo.

No contexto da pandemia que enfrentamos, a urgência de combater esse modelo se tornou ainda mais latente e urgente. A Covid-19 é somente uma das cepas que se expandiram a partir das mudanças nas formas de manejo e uso da terra pelo neoextrativismo, e não será a última epidemia/pandemia enquanto esse modelo perdurar, já que se sustenta enquanto matriz a partir do processo permanente e contínuo de controle dos territórios de vida, da homogeneização e aumento do desmatamento. Diante disso, as múltiplas existências e lutas dos povos originários apontam caminhos primordiais para defesa da vida a partir da retomada dos territórios, da recomposição da biodiversidade e do fortalecimento da autonomia.

Nesse sentido, no bojo da complexa expansão da economia política do agronegócio no sul de Mato Grosso do Sul germina entre os Kaiowá e Guarani novas experiências de auto-organização comunitária e intercomunitária com novos processos recuperação e

retomada do território. As retomadas enquanto ação direta e autônoma são compostas pela dimensão de uma narrativa anticolonial, bem como de práticas de resistência fundamentadas nos saberes tradicionais, ações coletivas, na importância da floresta e do bem viver. Essas ações fomentam o revigoramento e consolidação de outros processos autônomos constituindo múltiplos territórios em insurgência frente ao desterro e despossessão propagados pelo agronegócio.

Por fim, isso nos permite pensar as inúmeras esferas e escalas da grande importância da autonomia e autogoverno entre os povos indígenas, que demonstram outras maneiras de pensar, atuar e recriar a luta em defesa dos territórios e da defesa da Mãe Terra. Compreender a importância da dimensão socioterritorial dessas lutas nos permitem uma reflexão sobre os horizontes possíveis e passíveis de germinar com a criatividade política das lutas populares e ancestrais autônomas. Processos justos, dignos, tensos e densos de lutas anticoloniais em curso contra as políticas de guerra e morte promovida pelo neoextrativismo.

Referências

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – CIMI. Conselho de Gestão Ka'apor reafirma ações de fiscalização territorial após assassinato de indígena do povo. **CIMI**. 11/08/2020. Disponível em:<http://cimi.org.br/2020/08/conselho-de-gestao-kaapor-reafirma-acoes-de-fiscalizacao-na-ti-apos-assassinato-de-indigena-do-povo/ >. Acesso em: 03/12/20

_____. Em encontro, Mulheres Munduruku reafirmam autonomia dos povos e luta pelo território livre dos projetos de morte. **CIMI.** 13/07/2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/07/em-encontro-mulheres-munduruku-reafirmam-autonomia-dos-povos-e-

luta-pelo-territorio-livre-dos-projetos-de-morte/ >Acesso em: 28/11/20

_____. Documento final da Aty Guasu 2019. **CIMI**. 03/12/2019. Disponível em: < https://cimi.org.br/2019/12/aty-guasu-denuncia-as-praticas-genocidas-do-governo-brasileiro-em-carta-final-da-assembleia/ >Acesso em: 06/12/2020

_____. Nota Pública Contra Os Conflitos Provocados pelo agronegócio e pelo respeito aos nossos Direitos Originários Sobre As Nossas Terras. **CIMI**. 04/09/2018. Disponível em: < https://cimi.org.br/2018/09/conselho-terena-e-aty-guasu-divulgam-nota-publica-contra-violacao-de-direitos-constitucionais-indigenas/ >.Acesso em: 08/12/2020

ATY GUASU. Carta do Grande Conselho Guarani e Kaiowa da Aty Guasu. Exigimos a punição dos assassinos do Massacre de Caarapó: Que o Estado pare de violar nossos direitos e que garanta a imediata demarcação de nossas terras tradicionais. **Terra indígena Ñamoi Guaviray-Caarapó.** 02/07/2016. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/36707_20160706_115037.pdf >Acesso em: 03/12/2020

_____. Carta do Grande Conselho da Aty Guasu. Tekoha Arroio Kora, dias 29 a 31/05/2017. **CIMI**. Disponível em: < http://www.pom.org.br/aty-guasu-divulga-carta-e-volta-a-pedir-criacao-de-barreiras-humanitarias/ >.Acesso em: 05/12/2020

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). *In*: ALBERT, B. RAMOS, A. R. (orgs.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico.** São Paulo, Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, pp.239-270, 2002.

ALMEIDA, C. B. de. **A luta das mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá a quarenta anos pela reconquista do território (*yvy rupa)* no estado de Mato Grosso do Sul.** 2018. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, 2018.

ARÁOZ, H. M. Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção,** v. 12, n. 34, pp. 11-43, 2013.

BENITES, E. **Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da reserva indígena Te'ýiku**. 2014. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, 2014.

_____. Teko, Tekoha ha Ñe'ẽ como Fundamento da Educação Kaiowá Guarani. In: **Anais do Seminário Internacional Etnologia Guarani,** Dourados, MS, 2016.

_____. Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta. **Revista Nera**, n. 52, p. 19-38, 2020.

BENITES, T. **A escola na ótica dos Ava Kaiowá:** Impactos e interpretações indígenas. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais tekoha guasu**. Revista de Antropologia da UFSCar,** v.4, n.2, jul.-dez., p.165-174, 2012.

_____. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowá e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 2014. 269f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2014.

BEREZUK, A. G. SILVA, C. A. da. LAMOSO, L. P. SCHNEIDER, H. Climate and Production: The Case of the Administrative Region of Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, Brazil. **Climate**, v.5, n. 49, 2017.

CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul.** 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista-UNESP/Júlio de Mesquita Filho, 2013.

CORDEIRO, A. M. OLIVEIRA, G. M. de. RENTERÍA, J. M. GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista Comunicação Científica**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.139-154, 2002.

ERCOLE, F. F. MELO, L. S. de. ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014.

ESCOBAR, A. Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 11, n.1, p. 11 – 32, 2016.

GOMES, D. M. C. O perspectivismo ameríndio e a ideia de uma estética americana. Emílio Goeldi Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, p. 133-159, 2012.

GONÇALVES, C. M. B. Yo no sabía si amaba más al puente o al río: torções ontoepistemológicas em José María Arguedas. **Caligrama**, v.25, n.1, Belo Horizonte: UFMG, p. 45-65, 2020.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo. *In*: DILGER, G. LANG, M. FILHO, J. P. (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Tradução: OJEDA, I. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 175-212, 2016.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

HIGGINS, J. GREEN, S. Cochrane handbook for systematic reviews of interventions. v. 5. [Atualizado em Março 2011]. **The Cochrane Collaboration**, 2011. Disponível em: < www.handbook.cochrane.org >.Acesso em: 05/10/2020

JOÃO, I. **Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi*:* origem e fundamentos do canto ritual *jerosy puku* entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato do Grosso do Sul.** 2011. 119f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, 2011.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LADEIRA, Maria Inês. **O espaço geográfico Guarani-Mbya**: significado, constituição e uso. São Paulo: EDUSP, 2008.

LAMOSO, L. P. Reprimarização no território brasileiro. **Espaço e Economia Revista brasileira de geografia econômica,** v. 9, n 19, 2020.

MARTINS, E. S. O papel das lideranças tradicionais na demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowá. **Tellus**, ano 15, n. 29, 2015.

_____. **Transformações nos papéis desempenhados pelas lideranças tradicionais na Reserva Indígena de Caarapó, a partir da entrada de líderes evangélicos (1980-2017).** 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2020

MARTINS, E. S. MONFORT, G. C. e GISLOTI, L. J. Conhecimentos indígenas, autonomias e lutas anticoloniais Kaiowá e Guarani contra a necropolítica e o agronegócio. **Revista Terra sem amos**. v. 1, n. 2, Dossiê Necropolítica na América Latina, p. 05-12, 2020.

MELLO, L. T. A. de. MARCUZZO, F. F. N. COTA, H. de C. MELO, D. C. de R. CARDOSO, M. R. D. Estudo da sazonalidade e distribuição espaço-temporal das chuvas no bioma da Mata Atlântica do estado do Mato Grosso do Sul. *In*: **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, 15, 2011, Curitiba. **A***nais do Simpósio...* Curitiba: INPE, p. 4452-4459, 2011.

MOTA, J. G. B. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá:** diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS. 2015. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) - o Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, 2015.

PAVÃO, S. LOPES, I. VILHARVA, K. N. PEDRO, M. da S. GISLOTI, L. J. Plantas medicinais dos povos kaiowá e guarani como possível prática complementar no enfrentamento dos sintomas da covid-19: conhecimento tradicional como arma contra a pandemia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n 5, p. 4-17, 2020.

PERALTA, A. A agroecologia Kaiowá: tecnologia espiritual e bem viver, uma contribuição dos povos indígenas para a educação. **MovimentAção**, Dourados, v. 4, n. 6, p. 01-19, 2017.

PEREIRA, L. M. **Os kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado**. Dourados: Editora UFGD MS, 2016.

PETERSEN, P. Agroecologia: um antídoto contra a amnésia biocultural. In: TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. (orgs.). **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2015

PIMENTEL, S. K. **Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani**. 2012. 264f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, 2012.

RAMIRES, L. C. Constituindo uma pesquisa autoetnográfica a partir da minha trajetória e concepção intercultural Kaiowá. **Tellus**, Campo Grande - MS, v. 16, n. 31, p. 55-79, 2016.

RIBEIRO, M. F. SALES, Y. Bloqueios de indígenas para garantir isolamento já atingem 12 estados e 23 etnias. De Olho nos ruralistas. 14/04/2020.<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/04/14/bloqueios-de-indigenas-para-garantir-isolamento-ja-atingem-12-estados-e-23-etnias/ >.Acesso em: 06/10/2020

SERAGUZA, L. Em Tempos de Fins: "reservamento", "retomadas" e múltiplas formas kaiowa e guarani de composição. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 5, n. 10, p. 223-240, 2018.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: AZEVEDO, D. de A. São Paulo: Gaia, 2003.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?. *In*: DILGER, G. LANG, Miriam. FILHO, J. P. (orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Tradução: OJEDA, I. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 141-171, 2016.

_____. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina.** Cidade do México/México: CALAS, 2019.

TURRA NETO, N. Metodologias de pesquisa para estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RA´E GA**, Departamento de Geografia –UFPR , Curitiba, p. 340-375, 2011.

VALIENTE, C. A. **Modos de produção de coletivos kaiowá na situação atual da Reserva de Amambai, MS**. 2019. 192f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

VERON, V. **Tekombo'e Kunhakoty***:* Modo de Viver da Mulher Kaiowá. 2018. 42 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) - Universidade de Brasília – UnB, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E**. Metafísicas Canibais:** elementos para uma antropologia pós-estrutural**.** São Paulo, Cosac Naify, 2015.

_____. **A inconstância da alma selvagem**. 5ª Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

_____. **Encontros**. SZTUTMAN, Renato (org.). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. Tradução: SILVA, A. R. de C. São Paulo: Elefante, 2020.

Submetido em: 30 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 20 de janeiro de 2021.

Aprovado em: 09 de fevereiro de 2021.

Como citar este artigo:

ALZIRO, G. L.; MONFORT, G. Corpos-Territórios em resistência nas retomadas Kaiowá e Guatani: insurgências ancestrais diante dos solos devastados pelo neoextrativismo**. Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 580-620, Jan.-Jun./2021.